

ente

Oriente

Ocidente

Ori

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aspectos de Conimbriga Tardo-Antiga

Após o grande ciclo renovador de *Flauia Conimbriga*, o urbanismo da cidade não voltou a beneficiar de uma nova planificação, pelo menos até o momento em que se optou pela drástica ablação de parte significativa da área construída, para edificar a muralha defensiva. O período de tempo que medeia entre estes dois momentos deixou pouca informação concreta; poderíamos pressupor uma certa inércia arquitectónica, pelo menos na área escavada, mas a manutenção funcional das termas de Trajano e do *forum* pode significar apenas que não havia motivo óbvio para transformar este esquema durante aproximadamente uma centúria. Nas *insulae*, por seu turno, distinguem-se sucessivas fases de ocupação, e as *Fouilles* oferecem uma panorâmica evolutiva até o século IV¹. A ideia que fica vai ao encontro de uma imagem de pequenas alterações a nível da propriedade privada, e não da organização estrutural. Na *insula* a norte das termas, por exemplo, verifica-se que muitos dos compartimentos, a dada altura, tendem a separar-se do imóvel original, ou então mudam de função. A do vaso fálico é sujeita ao mesmo género de intervenção, sendo possível distinguir duas fases de transformações. Regra geral, a constante sobreposição de pavimentos e a frequência com que certos muros são acrescentados ou obliterados fazem acreditar numa sucessão de proprietários e de pequenos projectos de índole privada. Sempre na delimitação flaviana. Um paralelo emeritense² pode oferecer uma explicação complementar para a desconexão da *domus*, e a respectiva subdivisão em habitações menores. A tendência desarticuladora da casa senhorial tem na sua origem um declínio na prosperidade dos mais ricos, mas as transformações também apontam para o desenvolvimento do pequeno negócio. De destacar é a aparente vivacidade comercial neste intervalo cronológico, a

505

¹ J. Alarcão e R. Etienne, *Fouilles de Conimbriga I, L'architecture* (Paris, Diffusion de Boccard 1977) 155-163.

² M. Alba Calzado, 'Datos para la reconstrucción diacrónica del paisaje urbano de Emerita: Las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda, Mérida - Excavaciones Arqueológicas', *Memoria* (2000) n.º 6, (Consortio Ciudad monumental de Mérida, Mérida 2002) 371-396.

deduzir da manutenção de *tabernae* com nítidos níveis de funcionamento, facto observado com alguma admiração por quem escavou o sítio. Neste século IV, *les gens de Conimbriga ne paraissent pas manquer d'activité économique*⁵. E verdade que esta situação, pelo menos em parte, seria resultado da conhecida petrificação social que, a partir de Diocleciano, submetia totalmente o trabalhador a um local, a um ofício e a um patrão.

Mas é também nos inícios desta centúria que se erige a muralha defensiva. No último quartel do século III, Domício Aureliano deu ordem às cidades do Império para que criassem muralhas de Protecção e para se prepararem para contar apenas com as suas próprias forças⁴, e começou por fazê-lo na própria Roma⁵: *muros urbis Romae dilatauit*, segundo a *Historia Augusta*⁶. Idêntica ideia está expressa no Livro dos Césares⁷ e no Breviário de Eutrópio⁸. Duas águas-fortes de Piranesi ilustram a muralha aureliana⁹, e as respectivas torres, apesar de mais complexas, assemelham-se, no seu conceito, às de Conimbriga. Era o prenúncio de um fenómeno cada vez mais nítido. A polarização do poder ia-se tornando visível, enquanto as cidades se retraíam num perímetro defensivo, ruralizando-se; a *ciuitas*, enquanto núcleo elementar da romanidade, atrofiara, e, nas palavras de Pierre Grimaï¹⁰, desaparecera com ela a liberdade e a paz. Algo parecido ocorreu também em Conimbriga. A muralha tardia foi projectada e executada de forma muito rápida, provavelmente no primeiro quartel do século IV¹¹. O que, aliás, está em consonância com o que se

506

⁵ Alarcão e Etienne, op cit, 162.

⁴ I. Montanelli, *História de Roma: Da fundação à queda do Império* (Lisboa, Edições 70 2002) 279.

⁵ F. Paschoud, *Zosime, Histoire Nouvelle* (Paris, Les Belles 1996), 131 ; N. Christie, *Construction and deconstruction: reconstructing the late-roman townscape, Towns in Decline, AD 100 - 1600* (Ashgate, Aldershot / Vermont 2000) 55; Montesquieu, *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos* (Lisboa, Assírio & Alvim 2002) 168, nota 44.

⁶ *Historia Augusta, Dims Aurelianus XXI, 9, vide também XXXIX, 2.*

⁷ Aurelius Victor 35, 7: *muris Urbem [...] circumsaepsit*, vide P. Dufraigne, *Aurelius Victor - Livre des Césars* (Paris, Les Belles Lettres 1975) 44-45.

⁸ Eutropius IX, 15: *Urbem Romam muris firmioribus cinxit*, vide J. Hellegouarc'h, *Eutrope - Abrégé d'Histoire Romaine* (Paris, Les Belles Lettres 1999) 121.

⁹ L. Ficacci, Piranesi, *Catálogo completo das águas-fortes* (Köln, Taschen 2001) 177.

¹⁰ P. Grimaï, *A civilização romana* (Lisboa, Edições 70 1993) 273.

¹¹ V. H. Correia, *Nouvelles recherches à Conimbriga, Itinéraires Lusitaniens - Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, Diffusion de Boccard 1997)40.

passou noutras cidades peninsulares, quer se tenha construído de raiz, quer sobre as muralhas honoríficas¹², solução parcialmente adoptada em Conimbriga. É provável que tenha havido uma participação ou incentivo indirecto por parte do governo central na obra. Olhando para o quadro geral, não vemos como teria sido possível fortificar umas cento e oitenta cidades, entre Gália, Espanha e Itália¹³, em tão pouco tempo, se se tratasse de apenas uma recomendação sem apoio. Numa época de grave desvalorização monetária, é possível que esse apoio tenha sido directo, ou seja, que as muralhas tenham sido construídas ou orientadas pelo exército. Das três colinas ocupadas passou-se de novo para apenas uma, e a solução considerada mais vantajosa foi fechar a muralha sobre o seu limite, mas a parte em que houve integração da muralha honorífica teve de sofrer um reforço; ela não tinha sido planeada para servir de defesa real. O seu enchimento é composto por todo o tipo de material reutilizável, unido por um cimento. Há cidades em que estes *spolia*, muitas vezes epígrafes ou esculturas, eram inseridas na muralha enquanto relíquias do passado¹⁴, conquanto a preocupação em organizá-las e expô-las enquanto curiosidades não nos parece evidente em Conimbriga. Se bem que não possamos afirmá-lo com certeza, porque o núcleo é o único resto da maior parte da muralha não restaurada. Não duvidamos que ela tenha sido efeito directo de directivas imperiais, preocupadas com a defesa, mas há pormenores na construção que fazem pensar numa tentativa paralela de manter um determinado estatuto, nomeadamente esta resistência à adopção de torres verdadeiramente defensivas. Parece que se concordou, relutantemente, com a construção da muralha, mas em condições que permitiram uma espécie de engrandecimento do anel honorífico. Outra indicação nesse sentido é a falta de cuidado que houve na fortificação da parte sul da cidade. Etienne e Alarcão chamam-lhe *confiança cega no declive*, mas é provável que, mais do que isso, lhe seja de procurar outra razão: desse lado não havia portas, e portanto também não havia visitantes. Acreditamos que, para o habitante de Conimbriga, a muralha tanto significou monumentalização como fortificação, e enquanto a primeira acção tinha

507

¹² C. Fernandez Ochoa, e A. Morillo Cerdan, *Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (segunda parte)* (Madrid, CuPAUAM 18 1992); Cepas Palanca (Adela), 'La ciudad tardía en Hispania: problemas metodológicos', in *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas VII, Trabalhos de Antropologia e Emologia*, vol. 35 (3) (Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia 1995).

¹³ S. Johnson, *Late Roman Fortifications* (Londres, B T Batsford 1983) 10.

¹⁴ Christie op. cit, 59.

um efeito imediato e visível, a segunda baseava-se numa ideia abstracta, demasiado longínqua.

O anfiteatro, parcialmente reutilizado, foi considerado dispensável, contudo teria sido possível aproveitar o monumento na própria muralha, já que esta acabou por lhe passar por cima. O anfiteatro de Nîmes foi militarizado e transformado em reduto defensivo¹⁵. Apesar de haver evidência esporádica da continuação de jogos em determinadas cidades, a tendência iria, gradualmente, para o seu desaparecimento, não em pequena medida devido à posição da Igreja¹⁶, mas também por razões económicas. Um exemplo típico da nova situação é a construção de uma igreja no anfiteatro de Tarragona, no final do século VI¹⁷. De facto, desde finais do século IV, os *munera* de gladiadores foram desaparecendo, e o *Codex Theodosianus* é consensualmente tido como prova de que os jogos teriam desaparecido nos primórdios do século V, com um último espasmo no anfiteatro flávio da própria Roma¹⁸. Torna-se cada vez mais notório o apetite pelos edifícios públicos redundantes ou em desuso¹⁹. Os fundos pessoais, municipais e também imperiais continuavam a escassear, e é esclarecedor que a partir de Diocleciano e Constantino comecem a rarear as inscrições que mencionam a construção de novos edifícios públicos, sem contar com as eclesiásticas²⁰. De facto, o contraste entre o impulso construtivo da autoridade episcopal e a decadência dos imóveis particulares é muito notório nos séculos VI e VII²¹, e enquanto ocorre uma homogeneização ruralizante no grosso do povo hispano-romano, a Igreja repõe, como pode, o orgulho urbano.

¹⁵ A. Dupont, *Les cités de la Narbonnaise Première depuis les invasions germaniques jusqu'à l'apparition du consulat* (Nîmes 1942)229.

¹⁶ De Eusébio de Cesareia a Santo Agostinho, no seguimento da condenação aberta dos *cruenta spectacula*, por parte de Constantino, que aliás deixou rapidamente de surtir efeito.

¹⁷ P. D. King, *Law and society in the visigothic kingdom* (Cambridge, University Press 1972)202.

¹⁸ R. Tejedor, 'Los juegos de anfiteatro y el Cristianismo', *Coloquio Internacional - El Anfiteatro en la Hispania Romana, Junta de Extremadura* (Mérida 1994) 69.

¹⁹ A. M. Diogo e L. Trindade, 'Ânforas e sigillatas tardias (claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966-67 do teatro romano de Lisboa', *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.2 (1999) 87; Christie, *op. cit.*, 63.

²⁰ G. Alföldy *Urban Life, Inscriptions and Mentality in Late Antique Rome. Urban centers and rural contexts in Late Antiquity* (East Lansing, Michigan State University Press 2001),11.

²¹ Alba Calzado, *op. cit.*, 372.

A recorrência à demolição dos edifícios extramuros parece, por isso, menos prova de decadência terminal e de pânico mal orientado, dando lugar a uma perspectiva de mudança de ânimo perante a *res publica*. Se também as casas, as termas e até as necrópoles são desmontadas é porque os materiais são utilizados para construir noutro lado, neste caso em projectos privados e na cintura defensiva, e não por os habitantes terem desenvolvido um espírito destruidor repentino. As termas do aqueduto, junto à porta de *Aeminium*, são uma reconstrução, mais modesta, é certo, de um complexo prévio²² *. Pressupõe-se uma gestão consciente, até porque se multiplicam situações semelhantes, na *Hispania* e na *Gallia*. Quem geria uma cidade, neste século IV, continuavam a ser os *cines*, mas a designação já não se aplicava no sentido clássico; agora, circunscrevia-se aos membros da *ordo curiae*²². A magistratura deixara de ser uma posição cobiçada pelos *clarissimi*, cuja tendência de abandono da cidade (e subsequente transformação em potentes rurais) obrigou a que o governo municipal fosse desempenhado, doravante, pelos que restavam. O que numa pequena cidade provincial significava que a actividade só podia estar nas mãos de uma classe média, de comerciantes. Só que, essencialmente a partir dos Severos, a posição do magistrado passara de benfeitor supostamente desinteressado a colector de impostos. Idácio, ao mencionar o primeiro ataque suévico de 465, refere que a família de Cantaber foi feita cativa²⁴. Parece óbvio que se tratava da principal família local, e que, de uma forma ou de outra, ela se encontrava ligada à administração. Haveria, portanto, uma linhagem a dirigir Conimbriga, o que está em consonância com uma série de directivas de Constantino, que tornaram (obrigatoriamente) hereditário o cargo de curial²⁵. Se a evolução local seguiu uma mesma tendência geral, os magistrados alto-imperiais foram-se retraindo para o *territorium* da cidade, tentando escapar às crescentes obrigações fiscais, e dando origem a pequenas bolsas rurais, em torno das suas *uillae*. A casa senhorial do Rabaçal já não teria a mesma

509

²² V. H. Correia e M. P. Reis, 'As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana', in *! Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Termas romanas en el Occidente del Imperio* (Gijón, VTP Editorial 2000) 278; T. C. Coelho, *Conimbriga, Termas do aqueduto. Integração urbana. Estudo Arquitectónico*. Dissertação de Mestrado em História da Arte (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, tese policopiada 1993).

²² C. Sánchez - Albornoz, 'Estudios Visigodos | *Stiidi Storici* 78-79 (1971) 17.

²⁴ Idácio CCCXI, 229; *Sueui, Conimbricam dolose ingressi, familiam nobilem Cantabri spoliant et captiuem abducunt matrem cum filiis*, vide A. Tranoy, *Hydace - Chronique, Sources Chrétiennes* (Paris, Les Editions du CERF 1974).

²⁵ Sánchez - Albornoz, *op. cit.*, 20.

relação de subordinação estrutural com Conimbriga do que aquela que existira por parte de uma qualquer *uilla* clássica. O seu proprietário encontrava-se provavelmente isento de taxas e impostos; a partir do século IV, o detentor de um título nobiliárquico não se sujeitava aos *uectigalia*, apesar de, em 398, Honório ter abolido a *glebalis collatio*²⁶, o privilégio fiscal que beneficiara senadores e decuriões durante séculos. Ao anular uma isenção, concedia-se, portanto, outra. Serão os *Cantabri*, então, produto da nova civilidade tardia, que veio substituir a magistratura clássica? Possivelmente, mas afigura-se-nos verosímil que a relação da *ciuitas* com o seu *territorium* não se tornara tão hermética e mutuamente exclusiva como os modelos teóricos fazem crer. Convém recordar que a elite conimbrigense sempre foi constituída por indígenas romanizados, e custa apelidá-los de *clarissimi*, em oposição aos seus concidadãos.

O concílio episcopal de Mérida decorreu em 666, e estava presente *Cantaber Conimbriensis episcopus*¹¹. Significa isto que, durante pelo menos dois séculos, esta dinastia local se manteve na vanguarda do poder. Poderá a menção à *nobre família de Cantaber*²⁸, por parte do bispo de Chaves, ser entendida como indício de que, já nessa altura, ela era tida como próxima da Igreja, sua promotora ou protectora? A casa que se convencionou atribuir a Cantaber fica adjacente à basílica paleocristã, apesar de ser praticamente impossível ter havido uma ligação estrutural entre ambas as construções. Não acreditamos que o adjectivo *nobile* se refira a um estatuto jurídico, mas antes a um estado de graça, perante uma Igreja agradecida. Mas é igualmente possível que a nobreza dos *Cantabri* tenha de ser levada à letra; conforme o Império ia avançando no tempo, tornou-se quase uma obsessão para os provinciais a aquisição de títulos nobiliárquicos, e os imperadores, de início, distribuíam-nos à vontade. A situação tornou-se rapidamente problemática, não em pequena medida devido à isenção fiscal que a posição implicava. Foi implementada uma série de medidas limitativas, até que em 390 se subtraiu o carácter hereditário aos títulos, exceptuando no grau mais elevado, o dos *illustres*. Teodósio II acabou por limitar o acesso à nobreza aos de origem curial²⁹, processo

510

²⁶ Codex Theodosianus 6, 2, 21; vide J. M. Blázquez, *Economia de la Hispania Romana* (Bilbao, Ediciones Najera 1978) 599.

¹¹ J. Vives, *Concilios visigóticos e hispano-romanos* (Barcelona - Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas 1963) 28, 19.

²⁸ e não à “família do nobre cantabro”, como na incorrecta tradução de Cardoso.

²⁹ F. F. Abbott e A. Ch. Johnson, *Municipal Administration in the Roman Empire* (New York, Russel & Russel 1968) 205-206.

que, pouco tempo depois, também ficou sem efeito, retirando deste modo um dos últimos atractivos a uma posição que se transformara num fardo.

Tornou-se, de uma maneira geral, muito difícil recrutar dirigentes municipais, chegando-se a situações caricatas. Uma disposição de 415 permite inferir que existiam cidades sem magistrados³⁰, e há casos de governadores provinciais a condenarem pessoas a pertencerem à *ordo curiae*³¹, muito embora isto só se aplicaria a quem lhe tinha tentado escapar, e não a um criminoso comum. Uma boa forma de evasão individual às permanentes intromissões por parte do Estado era ingressar na hierarquia eclesiástica, cujos membros estavam isentos de obrigações fiscais. Os *curiales*, claro, aderiram em bloco, o que forçou Constantino a revogar a sua própria legislação, sob pena de ficar a comandar um império sem cidades. De qualquer modo, a propriedade privada dos magistrados acabou por ser “nacionalizada”, mas gerida por eles enquanto corpo dirigente, o que deve ter constituído uma boa dissuasão para potenciais desertores.

A situação militar, em termos estratégicos puramente romanos, dependia do estado da *Legio VII Gemina*, que, aquartelada há demasiado tempo, estava em vias de desintegração. Muitas das unidades referidas na já tardia *Notitia Dignitatum* podem constituir corpos simbólicos, na medida em que se recorreu a tropas privadas aquando da abertura das passagens pirenaicas, por consentimento dos *Honoriaci* germânicos, aos primeiros bárbaros³². De qualquer modo, a nova organização constantina apoiava-se em exércitos de *comitatenses* supostamente móveis³³. Estas tropas, criadas já por Diocleciano, em oposição aos *limitanei* ou *riparienses*³⁴, ficaram acantonadas em cidades que, à partida, não as desejavam. Constantino foi muito criticado por ter renunciado à defesa das fronteiras, instalando os soldados em cidades que não precisavam deles, privando de ajuda aqueles que estavam sob a ameaça dos Bárbaros³⁵. Esta dispersão

³⁰ Codex Theodosianus VIII, 12, 8; vide também Sánchez-Albornoz, *op. cit.*, 32, nota 23.

³¹ Declareuil apud Abbott e Johnson, *op. cit.*, 207.

³² R. Macmullen, *Soldier and Civilian in the later Roman Empire* (Massachusetts, Harvard University Press 1963) 139-140.

R. S. O. Tomlin, *Notitia Dignitatum, tam civilium quam militarium, Aspects of the Notitia Dignitatum* (Oxford, BAR Supplementary Series 15, 1976) 189.

³⁴ M. Grant, *The army of the Caesars* (Worcester / London, The Trinity Press 1974) 277.

³⁵ Zósimo II, 34, vide Paschoud, *op. cit.* 107.

estacionária fez certamente perder o sentido de coesão, de camaradagem e de belicosidade³⁶. Mas há, por outro lado, indicações de que parte das unidades tenha mantido alguma da sua pretendida flexibilidade, ainda que também Montesquieu associe a dispersão dos meios militares a uma condição de decadência: quando Roma passou a contar só com maus exércitos, viu-se obrigada a fortificar um território que a fronteira já não defendia, com *mais praças e menos forças, mais retiradas e menos segurança*³⁷. O *limes*, enfraquecido, deixara de existir enquanto tal, e a partir dos inícios do século V já não se investe em fortalezas, mas em pequenas torres, por vezes construídas nalgum canto do bastião primitivo³⁸. O que, em Conimbriga, pode ter acontecido no bico da muralha. Pudemos observar que o muro que isola esta área não foi apenas adossado à muralha exterior; é-lhe contemporâneo porque um dos cantos, apesar de já deslocado, demonstra um entrelaçamento estrutural. Se este muro foi construído aquando da reconversão da muralha augustana, ele integra-se, por conseguinte, no plano geral de defesa urbana. Repare-se nas disposições teodosianas que obrigam os cidadãos a participar nos trabalhos, e também nas que regulamentam a respectiva supervisão, a cargo das autoridades provinciais³⁹.

512

Parece-nos evidente que o desaparecimento da VII legião, que simplesmente deixa de ser mencionada, seja correlativo à formação das unidades *comitatenses*. Alberto Balil apontou a contínua criação de *Septimani* a partir de coortes legionárias⁴⁰, e a requisição de tropas centrou-se essencialmente no desmembramento das antigas unidades. A nova organização militar tomou forma nos primeiros anos do século IV, e isso significa que as unidades construídas sobre fracções das legiões alto-imperiais surgiram, no máximo, duas décadas após a directiva fortificadora de Aureliano, num mesmo espírito reorganizador. Mas a presença de

36 [Constantino] impôs às cidades, que eram pacíficas, a desordem soldadesca (o que as tornou, aliás, na sua maioria desertas), deixou amolecer os soldados que se davam aos espectáculos e a uma vida confortável, e, numa palavra, foi ele mesmo a origem e a razão da ruína do Estado que nos aflige ainda hoje.", *ibidem*.

³⁷ Montesquieu, *op. cit.*, 168.

³⁸ Z. Visy, *Towns, Vici and Villae: Late Roman Military Society on the Frontiers of the Province Valeria, Urban Centers and Rural Contexts in Late Antiquity* (East Lansing, Michigan State University Press 2001) 168.

³⁹ Blazquez, *op. cit.*, 475.

⁴⁰ A. Balil, *La defensa de Hispânia en el Bajo Imperio. Amenaza exterior e inquietud interna, Legio VII Gemina* (León, Cátedra de San Isidoro - Instituto Leones de Estudios Romano-Visigóticos 1970) 612-613.

Aspectos de Conimbriga Tardo-Antiga

tropas numa região começava a não significar Protecção automática para as cidades, e isso também se aplicava à *Lusitania*. Dos grandes corpos de infantaria, que, em associação às tropas auxiliares, se mantinham firmes em praças fortificadas, muitas vezes fronteiriças, já não restava muito. Nesta lógica, as cidades nada tinham a temer, o que explica em parte a ausência de sistemas defensivos urbanos alto-imperiais. A partir do século V, porém, as legiões *comitatenses* actuam sobre o pressuposto de que já não há *limes* definido, e de que enfrentar o inimigo não implica defender um território.

Conimbriga deve ter empobrecido bastante e rapidamente, neste final de império, ainda mais perante a cidade de *Aeminium*, que, num período prolongado de escassez, absorvia a maioria dos recursos externos, porque se situava numa posição estratégica mais vantajosa, podendo servir de entreposto territorial mais óbvio do que o seu vizinho. Ainda assim, a lógica agrária romana pode ter conservado algum do seu vigor. Numa sociedade complexa, ainda que enfraquecida, há sempre vontade de moldar o território, organizando-o com maior ou menor sucesso, segundo ideais políticos ou meramente práticos. Roma nunca vira realmente uma distinção entre ambos. Autores como Varrão, Columela e Plínio tinham insistido na utilização social, pedagógica até, da agricultura, e nas suas obras vai transparecendo uma tenacidade quase reaccionária perante um mundo que se desvia da ruralidade tradicional. Fracções desse ideal tipicamente romano ter-se-ão conservado no Baixo Império, e a simbiose entre a cidade e o seu território continuou visível até muito tarde, nomeadamente do ponto de vista religioso, tanto pagão como cristão⁴¹. Por isso não admira que, enquanto a cidade de Conimbriga se reformava drasticamente, tenha existido um plano de agrimensura simultâneo. Vasco Mantas identificou uma grelha fossilizada, dividida em quatro *laterculi*, no prolongamento da primeira porta da cidade⁴², pelo que não faz sentido ser anterior ao seu planeamento. Neste possível cadastro não existem indícios que apontem para a existência de casais ou *uillae*⁴³, se exceptuarmos o palacete da Ega com os seus mate-

513

⁴¹ Vide D. Riggs, *Paganism Between Cities and Countryside of Late Roman Africa, Urban Centers and Rural Contexts in Late Antiquity* (East Lansing, Michigan State University Press 2001).

⁴² V. Mantas, 'Dois novos miliários do território de Conimbriga', *Biblos LXI* (1985).

⁴³* M. Pessoa 'Subsídios para a carta arqueológica do período romano na área de Conimbriga', *Conimbriga XXV* (1986) 53-73.

riais romanos reaproveitados, mas isso pode decorrer do facto de Condeixa-a-Nova se lhe sobrepor parcialmente. Durante o Baixo Império, são acrescidas funções judiciais à actividade do *agrimensor*⁴⁴, portanto quem orientava fundações (ou modificações) urbanas actuava também como delegado do poder central. Não seria de estranhar que a construção da muralha fosse apenas o aspecto mais visível de uma bem planeada reestruturação urbanística, implicando uma adaptação agrária correspondente.

Entretanto, o *forum* ter-se-ia, também, alterado. A sua destruição pode ter ocorrido apenas duzentos anos mais tarde^{44 45}, o que obrigaria a recolocar a datação da obliteração do *decumanus* primitivo⁴⁶, e novo o eixo, finalmente alinhado, pode ter feito parte de um urbanismo hispano-romano, em vez de ser *bárbaro*. Há provas de que o centro nevrálgico da *ciuitas* continuava a desempenhar um papel importante na sociedade, que não se encontrava obrigatoriamente cristianizada. Ainda por cima, é um equívoco que os edifícios cristãos se tenham apoderado, de um momento para o outro, das estruturas pagãs. Pelo contrário, supomos que houve uma grande hesitação, por parte da nova religião, em se associar a símbolos com os quais não se procurava contacto. Desta forma, o *forum* estaria longe da cobiça da Igreja. Em Mérida, o *forum*, o teatro e o circo continuaram em funcionamento quando, simultaneamente, os edifícios de culto cristãos estavam em actividade⁴⁷ *. Mas o tom radical com que se tenta combater o paganismo pode nunca ter passado de fachada propagandística; numa época de recursos menores, a palavra de ordem é reconverter e não destruir. Neste sentido, foi já apontada a carta de Gregorio Magno, a respeito da missão do bispo Agostinho, que tentava converter os Anglos em finais o século VI. Nela torna-se explícita a directiva oficiosa a adoptar: *Os lugares sagrados não devem ser destruídos em absoluto [...], mas devem ser destruídos os ídolos que neles haja. [...] Se os mesmos lugares sagrados estão bem construídos, é necessário que esqueçam o culto ao demónio, transformando-os em reverência ao verdadeiro*

⁴⁴ V. Rosselló, *El catastro romano en la España del este y del sur, Estudios sobre centuriaciones romanas en España* (Madrid, Universidad Autónoma de Madrid 1974) 10.

⁴⁵ J. Alarcão, *Conimbriga: 20 anos depois, no prelo*.

⁴⁶ Alarcão e Etienne, *op. cit.*, 167.

⁴⁷ P. Mateos Cruz, '1 urbanismo emeritense en época paleocristiana (ss. V -VI)', in *La tradición en la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo*, XIV (Murcia 1997) 604-605.

*Deus*⁴⁸. Parece óbvio que não existe grande pudor, por detrás do discurso oficial, em tomar conta da logística religiosa pré-cristã. Os conversores sabiam bem que a população-alvo não seria muito receptiva a modificações bruscas, sendo por isso conveniente provocar uma associação transitória, com base num local já tido como sagrado. Na primeira metade do século V, surge um documento ainda menos preocupado com as aparências, sob a forma de sermão e da autoria de S. Pedro Crisólogo. O trecho que importa coloca a boca do próprio Senhor a incitar para *que se transformem em igrejas os templos, que se convertam em altares as aras*⁴⁹

Na parte ocidental do Império houve sempre um menor ímpeto na aplicação das regras que limitavam os costumes antigos⁵⁰; há manifestações literárias tardias, mais ou menos tímidas, de recuperação de temáticas não cristãs⁵¹. E S. Martinho de Dume refere-se aos rústicos como *atidos ainda à velha superstição dos pagãos, [que] dão seu culto de veneração antes aos demónios que a Deus*⁵². O *paganus* é "aquele que vive no *pagus*", o que é indicativo da oposição religiosa entre quem habita a cidade e o rústico. A propaganda cristã demorava a penetrar os campos⁵³, e os pregadores dos séculos IV e V tinham a desconfortável consciência de que, eles próprios, eram um produto do sistema oratório grecolatino. A retórica, e portanto também a pregação, era uma arte sofisticada, destinada ao consumo do *urbanus* e não ao do *rusticus*⁵⁴, mas é óbvio que o proprietário da *uilla* do Rabaçal, por exemplo, teria bastante mais de "urbano" do que a quase totalidade dos habitantes de Conimbriga. Isto

⁴⁰ L. Caballero Zoreda e J. C. Sanchez Santos, *Reutilizaciones de material romano en edificios de culto cristiano* (Madrid, Museo Arqueológico Nacional 1989) 2-3.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁵⁰ P. F. Alberto e R. Furtado, *Orósio, História Apologética, O livro 7 das Histórias contra os Pagãos e outros excertos, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa - Literatura Medieval* (Lisboa, Edições Colibri 2000) 13.

⁵¹ Em Rutilio Namaciano e Zósimo, por exemplo, vide M. Ribagorda, *La pervivenda religiosa pagana en el siglo V: el ejemplo de Rutilio Namaciano, La tradición en la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo, XIV* (Universidad de Murcia 1997) 179-187.

^{c 9} *De Correctione Rusticorum*, vide J. M. Garcia, *Religiões antigas de Portugal- Aditamentos e observações As "Religiões da Lusitânia" de Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas* (Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda 1991) 181.

⁰ G. Ch. Picard, 'La société gallo-romaine et son évolution', *Les Dossiers de l'Archéologie* 59, *Histoire et Archéologie* (Dijon 1982) 82.

⁵⁴ E. G Clark, *Pastoral Care: Town and Country in Late-Antique Preaching, Urban centers and rural contexts in Late Antiquity* (East Lansing, Michigan State University Press 2001) 266-267.

explica o surgimento de igrejas privadas, ligadas às casas senhoriais do campo, e a respectiva culminação em paróquias rurais.

A organização no quotidiano do Baixo Império modificara-se, pois, *de iure* mas talvez não tanto *de facto*. O princípio das divisões administrativas iria perdurar intacto, em grande parte através da ordem eclesiástica. A convivência imperial permitiu que a sua estrutura administrativa, já de si vacilante, se transpusesse gradualmente para o campo da Igreja. Cada governador de província passou a ter de conviver com um arcebispo, e cada prefeito com um bispo. Todos eles se passaram a subjugar, a partir de Diocleciano, ao *vicarius* das Espanhas (incluindo a Mauritânia⁵⁵ e, mais tarde, as Baleares). O paralelismo entre as hierarquias sempre foi notório, nomeadamente em Isidoro de Sevilha, que via na basílica, supomos que por indução etimológica, a morada dos reis⁵⁶. Ora, o rei dos reis é Deus, e denota-se aí uma alusão à associação das liturgias cristã e imperial. A basílica de *Augusta Treverorum* transformou-se sem problemas de sala de audiência do palácio imperial em igreja cristã⁵⁷. De facto, esta apropriação formal já estava em curso muito antes de Constantino, no simbolismo litúrgico e na arquitectura, que não podiam deixar de ser imitações do rito pagão. Em Conimbriga, após a repartição da Península pelos ocupantes bárbaros, houve um período considerável, entre 411 e 585, durante o qual o poder suevo exerceu o seu domínio sobre a região. E completamente impossível isolar essa etapa na sequência material conimbrigense, se exceptuarmos as camadas de destruição atribuídas ao raid de 468. E muito rara a aniquilação total de uma cidade⁵⁸, e a demolição de parte das muralhas⁵⁹ aponta, aliás, para um castigo simbólico. As referências directas de Idácio mencionam apenas as destruições dos Suevos, mas achamos bastante plausível que possa ter havido outras depredações, nomeadamente por parte dos Visigodos. Isidoro de Sevilha conta que Teodorico, após ter executado Requiário em 453, regressou da Galécia à Lusitânia, onde se preparava para saquear Mérida, e, só desistindo

516

⁵⁵ *Diocensis Hispaniarum habet prouincias numero VII (sic; deve ler-se VI): Beticam, Lusitanicam, Carthaginiensis, Gallecia, Tharraconensis, Mauritania Tingitana; vide Laterculo de Verona 250, XI apud Blazquez, op. cit., 486.*

⁵⁶ W. Sas-Zaloziecky, 'Arte Paleocristã', *Ars Mundi* 11 (1970) 27.

⁵⁷ Picard, op. cit., 83.

f8 *A propos des céramiques de Conimbriga, Mesa-redonda tida em Conimbriga, Conimbriga XIV (Universidade de Coimbra 1975) 76-77.*

⁵⁹ Idácio CCCXI, 241.

Aspectos de Conimbriga Tardo-Antiga

por temor a Santa Eulália, fugiu para a Gália⁶⁶ Ora, é pouco credível que a viagem tivesse como propósito único e final a pilhagem da capital lusitana. Pelo contrário, após o triunfo em Astorga, o exército vitorioso deve ter assaltado boa parte das cidades menores com que se cruzaram, e isso pode ter incluído Conimbriga, que se situa no caminho mais óbvio para Sul.

Um pouco no seguimento do pensamento de Ferreira de Almeida* ⁶¹, parece-nos que o esforço público, durante este período, se deva à estrutura religiosa, e se insere numa lógica paleocristã. De qualquer modo, a ter existido algum empenho arquitectónico politicamente estimulado, teria de ser situado numa época bem posterior. O próprio facto de as hostes suevas terem atacado a cidade por duas vezes significa que ela, na prática, não estava sob o seu controle. Pagaria um tributo, mas a sua organização continuaria hispano-romana e pós-clássica, caso contrário não se percebe que tenha sido tomada *in pace decepta*^{62 63}. Um dado que reforça esta teoria autonómica é a referência aos embaixadores que, regressando da missão de paz com Teodorico, são reenviados a Conimbriga (*remituntur ad Conimbricam*)⁶⁴. Tranoy entendeu esta visita como uma provisória tentativa de apaziguamento⁶⁴; lembremo-nos que ela ocorre em 466, um ano após o assalto que despojara os *Cantabri*. Não seria impossível que a cidade tivesse celebrado um acordo ou um entendimento tácito com o poder visigodo, o que explicaria que uma mesma missão sueva, após contactos positivos com Teodorico, se deslocasse imediatamente a Conimbriga, com idêntico intuito. Não é determinável se o ataque de 465 fora uma reacção punitiva contra uma cidade limítrofe que pretendia uma aproximação ao reino rival ou se, pelo contrário, os eventuais laços entre *Cantaber* (que não foi detido juntamente com a família) e a corte visigótica se devam, exactamente, à incursão suévica. Inclino-nos para a primeira hipótese, porque a agressão é dirigida contra os dirigentes locais; o esforço diplomático do ano seguinte até pode ter regulamentado a devolução dos reféns. Quando os Suevos, desfeitas as alianças, se mobilizam e pretendem afirmar-se mais nitidamente na *Lusitania*, lançam-se numa expedição que termina em

517

⁶⁶ Isidoro 32; vide G. Donini e G. Ford, *Isidore of Seville 's Histoiry of the Goths, Vandals, and Suevi* (Leiden, E. J. Brill 1970) 16.

⁶¹ C. A. Ferreira de Almeida, 'Arte paleocristã da época das invasões', in *História da Arte em Portugal II* (Lisboa, Alfa 1988) 21.

⁶² Idácio CCCXI, 229.

⁶³ Idácio CCCXI, 231.

⁶⁴ Tranoy 1974:122.

Vlixipona em 469⁶⁵, e é nessa movimentação que se compreende a última tomada documentada de Conimbriga.

O domínio visigótico constitui uma etapa arquitectónica paleo-cristã seguinte, e bem diferenciada, ao divulgar fórmulas decorativas específicas. O facto de ter culminado numa determinada ordem foi independente da vigência política bárbara, e a arte, que não era nova, mas sim romana, aparecia apenas transfigurada. Se descontarmos algum exagero literário faccioso, houve sempre, por parte de uma razoável parte da elite esclarecida, a ideia de que os Visigodos eram, ou podiam ser, os renovadores e protectores da antiga Roma. Idácio acaba por tratá-los como traidores, mas nem Isidoro de Sevilha, nem Cassiodoro vêem inconveniente no domínio godo do Ocidente⁶⁶.

⁶⁵ Idácio CCCXII, 246.

⁶⁶ M. A. Wes, 'Das Ende des Kaisertums im Westen des Römischen Reichs', *Archeologische Studien van het Nederlands Historisch Instituut te Rome deel II* (Staatsdruckerei, 's-Gravenhage 1967) 174.